

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO NA ESCOLA DE ENSINO MÉDIO DE TEMPO INTEGRAL EM GOIÁS: QUAL PERSPECTIVA?

Jemis Sabrina Alves de Oliveira¹
Valdirene Alves de Oliveira²

Resumo: O presente artigo pretende discutir a Proposta Política Pedagógica (PPP) de uma escola vinculada ao programa Novo Futuro que institucionalizou o Ensino Médio em Tempo Integral no estado de Goiás através de uma parceria público privada, estabelecida pela Secretaria de Estado da Educação (Seduc) em parceria com o Instituto de Corresponsabilidade pela Educação (ICE) de Pernambuco. O diálogo com Veiga (2000) foi essencial para compreender a concepção de Projeto Político Pedagógico (PPP) como premissa de uma proposta pedagógica que vislumbre a gestão democrática, a participação e autonomia. Os dados bibliográficos e os registros coletados nas observações semanais/quinzenais, na primeira fase da pesquisa, possibilitaram cotejar algumas observações sobre os desafios que colocam para o PPP da instituição educativa pesquisada, bem como sistematizar algumas percepções que os estudantes possuem sobre a proposta desenvolvida na escola. Para a discussão aqui empreendida foi utilizado o conceito de *habitus* de Bourdieu, na perspectiva de um trabalho pedagógico voltado para a formação dos estudantes para o mundo do trabalho (KUENZER, 2010). Aprender a intencionalidade implícita do programa Novo Futuro e sua correlação direta e indireta com o PPP constituiu um dos objetivos do plano de pesquisa Projeto Político Pedagógico das escolas de Ensino Médio em período integral.

Palavras-chave: Proposta Pedagógica. Formação Discente. Juventude.

Introdução

O Ensino Médio público no Estado Goiás passa por um período de transição, com a inserção de um novo modelo de escola, em uma roupagem que merece a atenção acadêmica. Em 2013 o Governo do Estado estabeleceu parceria com o Instituto de Corresponsabilidade pela Educação (ICE) de Pernambuco para implementar em Goiás a proposta de ensino médio em tempo integral. O projeto recebeu o nome de “Novo Futuro” e inicialmente abrangeu quinze escolas sendo oito na capital e sete no interior. Em 2014 o projeto foi ampliado para outras sete escolas do interior.

Para o ICE efetivar a parceria os estados são firmados convênios com as meio das secretarias estaduais de educação. Goiás é o sétimo estado brasileiro a aderir ao Ensino Médio

¹ Acadêmica do terceiro ano de Pedagogia da Universidade Estadual de Goiás (UEG), UnU/Inhumas, possui Bolsa de Iniciação Científica PBIC/UEG, vinculado ao Projeto de Pesquisa: Formação discente, formação e trabalho docente na escola de Ensino Médio de tempo integral em Goiás.

² Docente na UEG, Uni Inhumas, coordenadora do Projeto de Pesquisa Formação discente, formação e trabalho docente na escola de Ensino Médio de tempo integral em Goiás (2013-2015).

em tempo integral, por meio da Secretaria de Estado da Educação de Goiás (Seduc). A experiência iniciada em Pernambuco, atualmente registra³ a seguinte expansão:

Estados	Ano de início da parceria	Número atual de escolas
Pernambuco	2004	173
Ceará	2008	80
Piauí	2009	24
Sergipe	2009	3
Rio de Janeiro	2011	10
São Paulo	2012	53
Goiás	2013	15

Quadro sistematizado pelas autoras.

Na tentativa de compreender algumas questões a respeito desta nova proposta, está em desenvolvimento o projeto de pesquisa “Formação discente, formação e trabalho docente na escola de Ensino Médio em tempo integral em Goiás” e ligado a esta pesquisa o plano de trabalho “Projeto Político Pedagógico das Escolas de Ensino Médio em Período Integral”. O referente plano de trabalho iniciou-se em agosto de 2013 e tem duração de um ano com a pretensão de analisar sistematicamente a proposta pedagógica das escolas de Ensino Médio em tempo integral no Estado de Goiás, conhecendo dentre outros pontos a análise que os docentes e discentes fazem a respeito Projeto Político Pedagógico (PPP) adotado.

Na primeira etapa da pesquisa foi feito um levantamento bibliográfico a partir dos documentos fornecidos pelo ICE para a implantação do programa. Na segunda fase foi realizado contato inicialmente com uma escola de ensino médio em tempo integral, localizada em Inhumas. Como não foi possível desenvolver a pesquisa nesta instituição a alternativa foi buscar outra escola que aceitasse colaborar com o desenvolvimento do projeto. Dessa forma, a pesquisa vem sendo desenvolvida na capital em uma escola da capital que aderiu ao programa Novo Futuro.

Nesta escola foi possível ter contato com documentos relevantes como: a Proposta Política Pedagógica da Escola (PPE), os Planos de Ação e os materiais das aulas da disciplina Projeto de Vida (PV), que por sua vez se apresentaram, até o momento, com um dos eixos importantes no direcionamento da nova proposta. A fase de coleta de dados e revisão

³ Quadro sistematizado pelas autoras deste artigo, mediante as informações colhidas nos textos e mapas disponibilizados no site do ICE.

bibliográfica foi muito rica, pois além do levantamento do material foi possível conversas esclarecedoras com a coordenação pedagógica da instituição e também observar e analisar algumas aulas da disciplina projeto de vida.

A fase atual da pesquisa permanece com a revisão bibliográfica, enquanto é planejada a realização de entrevistas e diálogos com discentes e docentes desta escola, uma vez que objetiva-se sistematizar a percepção desses sujeitos acerca da implementação do Programa Novo Futuro e sua correlação com o PPP no cotidiano da escola, bem como a percepção dessa relação e seu impacto dessa proposta na formação e atuação de discentes e docentes.

O Projeto Político Pedagógico em Foco

Robertson e Verger (2012) afirmam que na última década houve uma expansão significativa das Parcerias Público Privadas na Educação (PPPE) de forma concernente com as regras do mercado, em prol da governança, pois as PPPE se encaixam em um “projeto mais amplo de reconstituição da educação pública no âmbito do setor de serviços, a ser governada como parte da construção de uma sociedade de mercado” (p. 1133). Já Frigotto (2010) considera que na primeira década do século XXI vigorou no Brasil as concepções e práticas mercantis da década de 1990, que entre os mecanismos de efetivação se fez presente institutos e Organizações Não-Governamentais (ONGs) na atuação das secretarias municipais e estaduais.

O conceito *habitus* e de campo, em Bourdieu, foram fundamentais para entender a relação entre o público privado na formação do jovem para o mundo do trabalho, e permitiu compreender melhor algumas simplicações no PPP da escola, pela via da intencionalidade do projeto do ICE. Segundo Bourdieu os campos sociais estão em constante disputas na intenção se aumentar o capital de seus agentes, consolidando a posição de dominante.

Um campo de forças, cuja necessidade se impõe aos agentes que nele se encontram envolvidos, e como um campo de lutas, no interior do qual os agentes se enfrentam, com meios e fins diferenciados conforme sua posição na estrutura do campo de forças, contribuindo assim para a conservação ou a transformação de sua estrutura. (BOURDIEU, 1996, p. 50).

Fica clara a intencionalidade dessa correlação. O campo empresarial precisa de mão de obra qualificada para atender suas necessidades de mercado, como o estado sozinho não

consegue atender essas necessidades faz-se necessária a parceria. Os agentes formados sobre essa perspectiva se sentem emancipados e autônomos, capazes de planejar e decidir seu futuro. No entanto, por outro lado é possível perceber a ação de um Estado que corrobora para a manutenção das classes legitimando as práticas, através de políticas públicas que garantem os interesses dos dominantes. O diálogo com Kuenzer (2000) foi essencial para perceber a necessidade de se pensar um Ensino Médio para os que vivem do trabalho observando a prática de financiamento através das políticas educacionais, como nesse caso pela via da parceria público privada.

Através do Estado o campo educacional e o campo econômico estão relacionados, trabalham em conjunto na formação do *habitus* para alcançar seus objetivos, conservando nos indivíduos os interesses dos dominantes, desta forma fica claro que um campo interfere no outro para atender as necessidades do capital. Essa prática é percebida nas políticas públicas através da mudança da organização e administração da esfera educacional, transferindo da esfera estatal público para o público não-estatal ou privado, legitimando o capital investido pelo setor privado

a gênese do Estado é inseparável de um processo de unificação dos diferentes campos sociais, econômico, cultural (ou escolar), político etc., que acompanha a constituição progressiva do monopólio estatal da violência física e simbólica legítima. Dado que concentra um conjunto de recursos materiais e simbólicos, o Estado tem a capacidade de regular o funcionamento dos diferentes campos [...]. (BOURDIEU, 1996, p. 51).

Mais que um instrumento financiador o ICE oferece um “suporte pedagógico”, ou seja, ele atua diretamente na formação do indivíduo para melhor atender a classe empresarial, sendo marcante no PPP, nos Planos de Ação e até mesmo no currículo, disciplinas como Projeto de Vida e Protagonismo Juvenil, que direcionam o jovem a pensar e agir segundo suas necessidades e atribuindo-lhe responsabilidade sobre seu futuro. O ICE orienta que o projeto de vida assim como a escolha da profissão seja o produto da relação entre talento necessidade e paixão, condicionadas pelas condições socioeconômicas e culturais.

Um PPP materializa um projeto de formação, uma utopia em busca de materialização. Uma proposta de Ensino Médio que atenda às reais necessidades dos jovens brasileiros tem sido um dilema discutido há décadas, assim como a discussão sobre uma educação pública de qualidade, socialmente referenciada.

Acacia Kuenzer (2000), em sua obra “Ensino Médio: Construindo uma proposta para os que vivem do trabalho”, traz discussões e instiga algumas reflexões a respeito da

proposta pedagógica para o Ensino Médio, no decorrer da história, mas em especial na de 1990. Ao realizar a leitura e analisar o contexto atual é perceptível que as considerações da autora permanecem vigentes para analisar o novo cenário da Educação Básica. A autora evidencia que o dilema a respeito da implantação de um ensino médio que venha preparar o jovem para o mundo do trabalho não é recente na história da educação brasileira, assim como os seus dilemas também não o são.

A dualidade histórica do Ensino Médio é definida socialmente e sedimentada pela via das políticas educacionais (KUENZER, 2000). Há muitas vertentes quanto à formação de um indivíduo autônomo intelectual e ético, em articulação com a formação, tendo em vista que a vertente pode ser pelo viés de um PPP democrático e ciente da realidade da comunidade escolar, ou não.

Um PPP que nasça da interação dos membros da comunidade escolar e contribua para a formação de um indivíduo crítico, autônomo e emancipado como aborda Veiga (1995) se torna utópico diante do projeto Novo Futuro. A nova reformulação do tempo e espaço institucionaliza um currículo que tem como eixo formar um indivíduo que a classe empresarial necessita.

Para o Sindicato dos Trabalhadores em Educação no Estado de Goiás (SINTEGO) ocorreu uma violência simbólica do Projeto Novo Futuro (PNF), mediante a mudança brusca no quadro de professores e o público atendido. O projeto foi imposto às instituições escolares, sem diálogo efetivo com a comunidade escolar, os professores que não se adequaram o modelo de dedicação exclusiva ou não aceitaram a proposta tiveram que ser removidos para outras instituições. Assim, como muitos alunos mudaram de escola por não se adaptar a proposta ou por que simplesmente não podiam estudar em uma escola de tempo integral, por diversos fatores, dentre eles o trabalho, já que é comum adolescentes que estudam na rede pública trabalharem meio período, muitos deles empregados pelo próprio Estado em programas como Pró-Jovem.

Com isso, percebe-se que a incorporação do PNF não teve a participação da comunidade escolar como um todo, mudando profundamente o perfil das comunidades escolares. O estudo sistemático do PPP e de sua atuação neste novo modelo de organização do ensino médio em Goiás auxiliou nos estudos a respeito do Ensino Médio em tempo integral e ampliou a compreensão de algumas questões emblemáticas sobre os princípios que, realmente, sustentam o PPP, com desdobramentos na comunidade escolar.

À Guisa das Considerações Finais

A escola em tempo integral se coloca como uma realidade e um desafio. Para o docente em formação, particularmente ao pedagogo, é imprescindível a ampliação do conceito de educação. A aproximação da universidade, pelo viés da pesquisa, com uma escola que vivencia no cotidiano a articulação em busca de espaços educativos para além da sala de aula e se sente impulsionada em pensar um novo currículo, com formas diferenciadas de desenvolvê-lo possibilita ao acadêmico da Pedagogia ampliar a compreensão sobre a docência, em face da modalidade de tempo integral e também de pensar a dimensão educativa na construção do *habitus* (BOURDIEU, 2009; 1983; 1983), (BOURDIEU; PASSERON, 1982), discente que tende a durar para além da escola.

A instituição investigada vivencia um processo fecundo em que todos os profissionais estão convocados a desencadear ações inovadoras que repercutam no processo ensino aprendizagem. Certamente, todo esse processo vislumbra interfaces e impactos no projeto político pedagógico da escola. Essa situação ímpar merece, portanto, uma aproximação da universidade tendo em vista compreender a dinamicidade que permeia o cotidiano escolar e acarreta possibilidades e desafios. Em especial, diante de propostas que se assentam no pioneirismo com objetivos audaciosos, há que ser conhecer de fato as intencionalidades e sutilezas das propostas.

O plano de trabalho, bem como o projeto de pesquisa aqui mencionados empreendem esforços em busca de compreender a realidade que está posta nesta experiência de Ensino Médio em Goiás. Nesse sentido, indiretamente almeja dirimir fronteiras entre a Universidade e a Educação Básica em prol de uma educação pública, pois isso implica em conhecer a realidade que há para ter condições de intervir. Assim, a formação inicial docente demanda uma interface desses dois lócus da educação formal, por meio de projetos, de parcerias, mas em especial à universidade cabe realizar pesquisas que captem no micro uma leitura macro, na perspectiva que é preciso conhecer para vislumbrar transformações oriundas da/na sociedade, para os discentes e docentes da Educação Básica.

Referências

BOURDIEU, Pierre. **O Senso Prático**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

_____. **Escritos de Educação**. Maria Alice e Afrânio Catani (Orgs.). Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

_____. **O Novo Capital: razões práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas, SP: Papirus, 1996.

_____. A Juventude apenas uma Palavra. In: _____. (Org.). **Questões de Sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983. p. 151-162.

_____; PASSERON, Jean-Claude. **A Reprodução**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Os Circuitos da História e o Balanço da Educação no Brasil na Primeira Década do Século XXI. **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro: Anped, v. 16, n. 46, jan./abr. 2011.

ICE. Instituto de Corresponsabilidade pela Educação. **Uma Nova Escola para a Juventude Brasileira: escolas de ensino médio em tempo integral**. Disponível em: <http://www.icebrasil.org.br/wordpress/wp-content/uploads/01_secure.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2014.

_____. **Projeto de Vida: o jovem e sua formação acadêmica**. Disponível em: <http://www.icebrasil.org.br/wordpress/wp-content/uploads/13_secure.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2014.

KUENZER, Acácia. O Ensino Médio no Plano Nacional de Educação 2011-2020. **Educação & Sociedade**, v. 112, p. 851-874, 2010.

_____. **Ensino Médio: construindo uma proposta para os que vivem do trabalho**. São Paulo, Cortez, 2000.

ROBERTSON, S. L.; VERGER, A. A Origem das Parcerias Público Privada na Governança Global da Educação. **Educ. Soc.** Campinas, v. 33, n. 121, p. 1133-1156, out./dez. 2012.